Um historiador por seus pares: trajetórias de *Ronaldo Vainfas*

Angelo Adriano Faria de Assis
Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz
Yllan de Mattos
(organizadores)

alameda

Copyright © 2017 Angelo Adriano Faria de Assis/ Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz/ Yllan de Mattos

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Edição: Haroldo Ceravolo Sereza
Editora assistente: Danielly de Jesus Teles
Editora de livros digitais: Clarissa Bongiovanni
Projeto gráfico, diagramação e capa: Danielly de Jesus Teles
Fotografia: Lorena Salum
Assistente acadêmica: Bruna Marques
Revisão: Alexandra Colontini

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H578

Um historiador por seus pares: trajetórias de Ronaldo Vainfas / organização Angelo Adriano Faria de Assis, Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz, Yllan de Mattos. - 1. ed. - São Paulo : Alameda, 2017.
23 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7939-410-2

1. Historiografia. I. Assis, Angelo Adriano Faria de. II. Muniz, Pollyanna Gouveia Mendonça. III. Mattos, Yllan de.

17-45558

CDD: 907.2
CDU: 82-94

ALAMEDA CASA EDITORIAL
Rua 13 de Maio, 353 – Bela Vista
CEP 01327-000 – São Paulo, SP
Tel. (11) 3012-2403
www.alamedaeditorial.com.br

Sumário

Prefácio
Francisco Bethencourt
9

Introdução
Ao Mestre, com carinho
11

Elogio do amigo
Mary del Priore
17

PARTE I: *Inquisição e Heresia*

As virtudes do Inquisidor-Geral: os sermões de exéquias e a imagem dos dirigentes do Santo Ofício no século XVII
Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga
23

Contatos proibidos nos cárceres do Santo Ofício
Daniela Buono Calainho
43

Branca Dias dos Apipucos: Inquisição e nativismo no Pernambuco oitocentista
Fernando Gil Portela Vieira
59

"Enterrem meu coração na curva do rio... Tejo"

Para Ronaldo Vainfas

Maria Leônia Chaves de Resende

> *... Por que o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia*
> *(...)*
> *Pelo Tejo vai-se para o Mundo.*
> *Para além do Tejo há a América.*
>
> Alberto Caeiro

No início dos anos 1970, Dorris Alexander (Dee) Brown publicou o livro *Bury my heart at Wounded Knee; An Indian History of the American West*, traduzido para o português com o sugestivo título "Enterrem meu coração na curva do rio". Não me lembro exatamente como o livro chegou às minhas mãos na adolescência, mas nunca pude esquecer (nem poderia) com que paixão Dee Brown, como ficou conhecido, relatou a história dos indígenas americanos durante a ocupação do oeste no final do século XIX, sensibilizando cada um de nós com o relato das repetidas traições e brutalidade terrificante da política indigenista do governo americano. Seu livro é uma crônica de crueldades, desrespeito aos acordos, pactos quebrados, indiferença às tradições nativas, culminando com os sucessivos deslocamentos compulsórios das populações de seus territórios originais, quando não o assassinato puro e frio – em nada incomparável com o verdadeiro sentido de "extermínio". Difícil não se indignar!

O reconhecimento da contribuição de Dee Brown veio tardiamente em 1996, quando, já com seus avançados 94 anos, recebeu a notícia, na sua casa em *Little Rock*, que seu livro fora incluído na seleção dos mais significativos trabalhos nos últimos 100 anos na categoria de "guerra, holocausto e totalitarismo", pelo *New York Public Library's Center for the Humanities*, publicação da renomada Universidade de Oxford. O livro foi ainda adaptado, em 2007, a partir dos últimos dois capítulos, que narraram como a "tribo" dos Lakota lidou com a morte de Touro Sentado e o massacre de *Wounded Knee*, recebendo indicações dos prestigiados *Emmy* e Globo de Ouro. Tenho que admitir que achei merecidíssimo! Penso mesmo que seu apelo à causa indígena marcou toda uma geração cinquentenária que se ressentiu com o que ocorrera entre os anos de 1860 e 1890 – para não falar de toda brutalidade desde os princípios da conquista e em curso ainda hoje.

No meu caso, abriu portas para outras leituras... e para o gosto cinéfilo pelas incontáveis "aventuras" quando assisti (ainda em TV preto e branco, coberta de papel celofane para dar "cores") aos emocionantes, revoltantes e também "caricaturados" filmes de faroeste, como denunciou Marlon Brando ao declinar o Oscar por causa da difamação que a indústria cinematográfica produzira sobre os povos indígenas enquanto naquele mesmo momento havia duas centenas de índios sitiados lutando pela posse de suas terras – testemunho feito pela indígena *Sacheen Little Feather*, a "Pequena Pluma", que o representou na cerimônia de premiação. Enfim, assim foi o meu "batismo" ao tema, então, "banhado" entre lágrimas pela covardia do derrame de "sangue nativo"! Hoje, compreendo bem melhor o tipo de crítica ao livro e aos filmes, mas, celeuma a parte, sim, admito que minha interpretação à época foi totalmente emotiva, o que definitivamente despertou em mim o interesse pelo que tinha se passado com os povos originários das Américas.

Afora essa etapa absolutamente prosaica, o meu reencontro com a história indígena se deu certamente quando cheguei aos estudos universitários na graduação e especialização em História, na UFOP e, em particular, no mestrado na UNICAMP. Eu me dedicava aos estudos de história cultural e investigava a visão dos indígenas no processo de conversão religiosa levada a cabo pela Companhia de Jesus. Estava interessada em compreender como os guaranis perceberam o processo da catequese cristã. Foi, então, que outro escritor, absolutamente extraordinário, viria a tirar meu fôlego com sua obra inspiradora e seminal. Foi nessa atmosfera que encontrei Ronaldo Vainfas! Tratava-se do livro *A heresia dos índios*. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial, publicado em 1995. Todos que tiveram contato com seu texto sabem

fenomenal do historiador-narrador de Vainfas, que nos arrebata com seu sempre tecido pela sua magistral e refinada análise histórica de relatos "sa-dos" dos rituais antropofágicos.

Rememorar a centelha decisiva de sua obra me dá a oportunidade para uma re-ão de meta-história, repensando a minha própria trajetória nas últimas décadas. mesmo dizer que, se o brilhante e saudoso John Monteiro tem sua "linhagem" adêmica – expressão que o próprio Vainfas cunhou durante o Encontro de His-ria Colonial para referir-se aos seus orientandos –, Ronaldo tem também uma "tribo", uma verdadeira horda de pesquisadores-leitores, "enfeitiçados" e "seduzidos" seus trabalhos, que acabaram por se devotar a temas correlatos. Tudo porque o leite e apuro do seu texto, sempre tão aprazível e instigante, são um convite irre-stível à imersão a um mundo herético – do tipo que a Real Mesa Censória definiti-mente listaria em um *index*.

Provocações à parte, entre tantas contribuições, contudo, gostaria de ressaltar uma, em particular: a "ambivalência e adesões dos mamelucos e indianizados", que participaram ativamente nos rituais da Santidade, encarnados na figura de Tomacaú-na, alcunha de Domingos Fernandes Nobre, chefe da expedição que Fernão Cabral enviou ao sertão para atrair a Santidade de Jaguaripe. Tatuado como um guerreiro nativo, com incisões atravessadas na pele com dentes de cutia imersos em tinta de jenipapo, "riscado à moda gentílica", sagrava-se na participação ativa de cerimônias e rituais de antropofagia, em que cantava, bailava, fumava e até se rebatizara durante os vinte anos que andou pelos sertões inóspitos. Essa tópica fascinante da ambiva-lência encarnada por Tomacaúna e seu séquito de mestiços aguçou muitíssimo meu olhar sobre a documentação quando me debrucei sobre a história dos índios nas Minas Gerais setecentista.

Meu propósito era mostrar que os índios não tinham desaparecido da história, como afirmava certa historiografia, difusora da tese da "crônica da extinção", segun-do a qual, para justificar (e por que não, legitimar) o desaparecimento dos índios do processo histórico, explicava-se que a crueldade dos colonizadores em suas expedi-ções, entradas e bandeiras tinha exterminado os índios da história! Assim, a única forma de se contar (ou apagar) a história dos índios era reproduzir *ad nauseam* os relatos do genocídio americano. Para contestar essa tese também reinante em Mi-nas, enveredei-me pelos arquivos, em particular pelos acervos eclesiásticos. Queria demonstrar a presença e participação dos indígenas na formação sociocultural das Minas e, para tal, recuperar a experiência vivida por esses índios e seus descendentes

mestiços, de origens étnicas variadas – alguns, destribalizados e preados nas expedições dos sertões; outros, procedentes de missões multiétnicas, por fuga, rapto ou deserção; ou ainda aqueles nascidos "dentro" da própria sociedade e que, ao final, nesse mosaico cultural, foram incorporados ao cotidiano das vilas e lugarejos. A esses atores, designei-os "índios coloniais", para dar um panorama da complexidade da experiência vivida pelos índios nas Minas.

Nessa condição, muitos deles foram viandantes pelas Minas e, sobremaneira, transeuntes culturais – aos moldes do que tinha aprendido com Vainfas. Os índios coloniais transitavam entre dois mundos, o do branco e o do índio, não se enquadrando em nenhum deles. Não faziam parte do mundo branco, nem dos índios tribalizados ou aldeados. Eram mestiços também na cultura, híbridos nos valores, mediadores no comportamento, no sentido de escapulir a um desses dois pêndulos – marcando um entre-lugar naquela sociedade, que "não é mais o lugar do colonizador e tampouco um espaço genuíno do colonizado", como alertava Vainfas. Ao tratar do caráter pluriétnico colonial, chamava a atenção ainda de que, a despeito do processo de dominação portuguesa, isso não excluiu a "indianização" de colonos nem a adoção de elementos da cultura colonizadora por parte de índios, produzindo um "confronto-intercâmbio cultural", sobretudo, entre os descendentes das uniões mistas entre o branco e o indígena.

Foi com esse foco "ronaldiano" (afinal, é mesmo um clássico!) que li a atuação do filho de Fernão Dias Paes, o mameluco José Dias Paes, talvez o primeiro, em Minas, a encarnar essa dualidade.[1] Ao tramar contra o pai, planejou rumar com a bandeira para Piratininga. Denunciado por uma índia goianá, a sentença foi inexorável, sendo condenado à forca, ao estrangulamento e determinada a expulsão dos coniventes. Outros, contudo, na condição de mamelucos, fizeram caminho inverso. Foi o capitão Manuel Pires Maciel quem experimentou junto com Borba Gato essa dupla identidade cultural nos primeiros anos da ocupação de Minas ao passar a maior parte da sua vida na aldeia de Tapiraçaba, a mais poderosa e adiantada aldeia ribeirinha do Rio São Francisco, ocupada pelos caiapós que se fixaram naquelas plagas. Com eles, o capitão estabeleceu relações amistosas, tendo-lhe o cacique concedido a filha como esposa e com quem acabou tendo dois filhos, Roberto e Domingos. Alguns anos depois, ofereceu seus serviços e préstimos ao cel. Januário e foi, então, encar-

1 Todas as referências se encontram em RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. 2003. Tese (doutorado) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

regado de guiar a conquista dos caiapós juntamente com seu sobrinho, o capitão Francisco Toledo. As descrições da entrada na aldeia são trágicas – "noite nefasta de morticínio"! Destruída a aldeia que ardeu em fogo, assassinado o cacique, ordenou o capitão Manuel que cessasse o combate. Adiantou-se o capitão em garantir as promessas do coronel Januário da posse das terras e fundou, a poucas léguas dali, o arraial de Nossa Senhora do Amparo, hoje, cidade de Januária, onde se estabeleceu com sua mulher caiapó, filhos e sobreviventes da chacina. Não tardou muito para que outra horda de caiapós do Paraná ao Alto Tocantins e de Carinhanha a Paracatu, concitada à guerra em represália ao massacre à aldeia caiapó, assaltasse o arraial. Sendo raptados a mulher e o filho, o capitão se viu obrigado a cessar a hostilidade e tratar das negociações por um caiapó criado em sua casa. Do acordo ajustado entre eles, coube-lhe pôr em liberdade os caiapós cativos e, em troca, receber sua mulher, com quem se casou, após ter sido batizada na capela de Amparo com o nome de Caterina. O filho da índia Caterina e de Manuel Pires Maciel seria Domingos Alves Ferreira Maciel, justamente quem, na condição de representante régulo, depôs contra os sediciosos no famoso motim, no sertão em 1736, que implicou a prisão de colonos e também de índios coloniais.

Houve também os colonos, que, tocados pelo contato com sociedades indígenas, tomaram caminhos de mão dupla, fazendo uma jornada cultural ambígua. Por isso, nem mesmo o comportamento dos pedestres da companhia dos dragões, responsáveis pela conquista e pela segurança nos presídios, era aceitável. D. Rodrigo de Meneses, em 1782, reclamava do "descaramento dos soldados com as índias". Queixava-se de dez pedestres que viviam casados sem serem, "segundo os seus ritos [indígenas] e continuadamente estão na sua sinagoga". Para o desconcerto do governo, vários registros denunciavam soldados que não só viviam com as índias como também adotavam suas práticas. Assumindo uma conduta ambígua, abraçavam os costumes indígenas. Esse foi o caso de um soldado chamado Raimundo Ferreira de Souza, que vivia no meio de uma tribo de índios, nos arredores do Quartel do Teixeira. Sua trajetória é bastante curiosa. Mulato e praça, foi condenado por ter cometido falta disciplinar no quartel, e o temor de ser punido, levou-o a desertar, refugiando-se no meio dos botocudos. Ali, deixou as vestes, cortou os cabelos à moda dos índios e pintou-se, como eles, de urucum e jenipapo. Em pouco tempo, ganhou-lhes a confiança, falando-lhes com autoridade e fazendo-os obedecer. Reconhecido como cacique, após a morte do velho chefe, tornou-se seu sucessor. Assim, passou a exercer poder e também era querido pela tribo. Como um homem em tais condições

poderia ser "útil", o comandante Julião obteve da Junta Militar de Vila Rica o perdão para Raimundo. Tendo "voltado a ser português", embora vivendo entre os selvagens, renunciou sua maneira de viver: deixou de se meter pelas matas, retomou as vestes e deixou o cabelo crescer. Dirigidos por Raimundo, os botocudos construíram casas, habituaram-se a cultivar a terra, as mulheres a fiar e a maioria deixou de usar os batoques nas orelhas e lábios. Sabiam um pouco de português e muitos não queriam mais falar a língua materna. Tinha, naquela ocasião, pouco mais de vinte anos. Esse extrato biográfico é sugestivo – mais um exemplo daqueles que, vivendo a dualidade cultural, passaram a exercer o papel de mediadores entre os nativos e colonizadores.

Vale ainda lembrar aqueles índios que, destribalizados e tendo experimentado o mundo "civilizado", desejaram retornar às suas origens. Paulo Corohyba fez, de fato, o caminho de volta. Educado entre os colonos, na companhia de um vigário, transformou-se em catequista entre os seus, mas consta que tomou partido de índios para "roubar e matar". O Pe. Pedro Mota, padre índio coropó, que tendo sido educado para ser "cura das almas" nativas, teria regressado às matas segundo o viajante Freiress. Outros, impedidos de retornar às suas origens, selaram um destino trágico, como foi a história de Firmiano Durão, índio botocudo que acompanhou Saint-Hilaire por tantos anos, que, impedido por Guido Marlière de reencontrar seus parentes, rebelou-se e, por represália, foi incorporado e despachado nas tropas para a Cisplatina. Sua trajetória revela bem o quanto as escolhas para os índios coloniais foram difíceis apesar de sua pertinácia e ousadia.

Ao final desse breve percurso, como não reconhecer, no interior de todas essas trajetórias, o que aprendi com Vainfas? Se o discurso de "civilizar" os índios reverberou em tragédia pessoal para muitos, foi também o lugar para aqueles que, destribalizados e degredados de sua terra, reafirmaram sua "indianidade" – somente acionada quando assim era imperativo. Esse universo cultural ambivalente, contraditório e híbrido implodiu visões binárias e dicotômicas, apontando para a maleabilidade nas identidades também nas Minas Gerais do século XVIII.

O fascínio do trabalho de Vainfas não se esgotou por aí. Eu seguia, em 2000, "vasculhando" a experiência do cotidiano dos índios coloniais nas Minas Gerais, na "garimpagem" de relatos nas devassas eclesiásticas – a magnífica série documental das visitas episcopais em Minas Gerais por todo o século XVIII, depositadas no Arquivo da Arquidiocese de Mariana. Lá pelas tantas, depois de colectar mais de setecentas denúncias contra os índios coloniais, deparei-me com algumas em que, dado à gravidade, era da alçada do Tribunal do Santo Ofício. Como não rememorar

mais uma vez a *Heresia dos índios*? Foi, então, que fiz um contato com Vainfas. Para minha alegria, recebi imediatamente uma longa e generosa resposta em que me oferecia, com sua generosidade e cortesia acadêmicas, o caminho de "ouro" para aquelas Minas e um outro para Brasil: o da inquisição nativa. Foi assim que ele se tornaria anos depois, para meu orgulho, o meu orientador no programa de pós-doutorado, que iniciei na UFF, com o tema dos "Índios e a Inquisição na América Portuguesa". A partir de então, fiz uma imersão nos arquivos da Inquisição do Tribunal de Lisboa com o propósito de construir um inventário da inquisição nativa, que implicou os índios e seus descendentes denunciados e processados pelo Santo Ofício.

Nesse longo e exaustivo percurso de investigação, que estou "a finalizar cá no aquém-mar", resultou uma cartografia gentílica, com o cômputo de 522 índios e mestiços denunciados desde a visitação no século XVI ao início do século XIX. Dentre tantos, reencontrei Iria Alves, a primeira índia, "brasila natural dos sertões" da Bahia, implicada na primeira visitação por ter participado da Santidade de Jaguaripe, mas que também deixou entrever no seu relato o estigma da bigamia que recairia sobre muitos dos índios tanto pela prática corriqueira no mundo colonial como pela pecha da poligamia nativa.[2] Inquerida em Olinda, em 18 de janeiro de 1595, contava que, ao vir dos sertões, foi batizada e passou a viver desde moça na casa de seu "senhor" Sebastião Alves. Casou-se, então, com Pero Dias, que se ausentara para os sertões. Passados dois anos, "por ordem do seu senhor", casou-se segunda vez com Simão Dias, francês de nação. Ano e meio depois, soube que o primeiro marido estava em Lisboa, doente e hospitalizado. Por ordem do bispo D. Antônio Barreiros, apartou-se do cônjuge, mudando-se para Recife, o que ocorrera há mais de 11 anos. Lembrou-se que quando vivia no Peruaçu, com seu marido, Simão Dias, ele dissera que "não sabia para que a gente fazia mesura à cruz, pois nela morreu o Nosso Senhor", ao que, então, ela "denunciante" respondeu que "por isso se fazia mesura à cruz por que nela morreu Nosso Senhor", ao que teria ele redarguido que "antes ele faria mesura a um cepo que à cruz". Apesar de o delito da bigamia e de a proposição herética serem de jurisdição inquisitorial, Heitor Furtado não foi tão rigoroso com Iria, talvez porque estivesse obcecado em saber mais detalhes dos tantos envolvidos nas incursões em práticas gentílicas ou porque atribuísse a gravidade da prática de bigamia ou da vociferação de tais proposições ao contato estreito com as cerimônias gentílicas, causadora de tantas "abusões"!

2 ANTT, PT/TT/TSO-IL/028/01335.

No século XVII, foi a vez de Brízida se apresentar ao sétimo bispo do Brasil, D. Pedro da Silva Sampaio, em Salvador.[3] Sabatinada em 10 de maio e em segunda sessão de 20 de junho de 1639, informou que era cristã batizada e fora ainda menina para Recife, onde "crescera à igreja e sabia as orações". Sempre assistida pelo seu curador, Dr. Diogo Coelho, relatava que, depois de ser açoitada, se envolvera com o demônio "para que seu senhor a quisesse bem". Contou com a ajuda de umas tais Simoa e Agueda, que a iniciaram em um verdadeiro "sabá" quando, durante umas seis noites, afastadas no campo, foram possuídas em noites orgiásticas. Apareceram logo transmutados na figura de sapos, gado, cachorro e outros de homens negros, "muito feios, de pés muito cumpridos". Ela não só o adorou e reverenciou, mas também prometera, dizendo na língua da terra, "ser dele de coração". Bem e não só de coração, porque cortejara o diabo, "beijando-o no traseiro", quando sentiu "lhe metia pelo seu vaso coisa como de homem, mas muito frio", ainda que não "lhe deitasse nada". Ao cantar do galo, as figuras horrendas se espalharam pelos matos em forma de baratas ou sapos. E, apesar de ter se confessado, por duas vezes, voltaram a lhe aparecer mais três diabos, que lhe concitaram a não confessar, pois ela "não tinha remédio" e tornou o "diabo a porrar com ela". No entanto, arrependera-se na Bahia, onde fora absolvida na quaresma pelo padre de São Bento, tendo assim, finalmente, deixado de "crer no diabo e se tornou a Deus, Nosso Sr., Deus dos cristãos". Logo, prostrou-se de joelhos, benzendo-se. Apesar de andar ocupadíssimo em agenciar uma guerra contra os holandeses protestantes, que invadiram Salvador do ano anterior, a confissão de Brízida deve ter soado com gravidade aos ouvidos de D. Pedro da Silva, "pastor vigilante, capitão esforçado", para que desse prosseguimento ao inquérito e, a seguir, encaminhasse para a Mesa em Lisboa, seja pelo seu múnus episcopal, seja por seus antecedentes como promotor e deputado na Inquisição de Évora e Inquisidor de Lisboa – que ali pareciam estar em total consonância com sua índole vocacionada para a redenção espiritual da urbe. Porém, ao que tudo indica não foi adiante. Assim, naqueles tempos de guerra, a confissão de Brízida acabou arquivada nos cadernos do promotor.

Seria no século seguinte que o Santo Ofício estenderia seus tentáculos sobre toda a América Portuguesa, alcançando os rincões do extremo sul ao norte. Sem mencionar os tantos índios acusados na Terceira Visitação ao Grão-Pará e Maranhão, sob a direção de Geraldo Abranches, entre os anos de 1763 e 1769, saltam

3 ANTT, PT/TT/TSO-IL/030/0226/m0597-m0606.

aos olhos denúncias muito anteriores, em 1753, procedentes dos sertões da Paraíba, onde Teodósio de Oliveira, um índio tapuia de 12 anos, "da casa do missionário" deu a conhecer "por confissão" as diabruras entre os Corema na ribeira do Piancó. O missionário João Francisco de Palermo certamente aturdido, pediu licença ao confitente e listou nominalmente os 232 aldeados, encaminhando o rol pelos "erros contra a Santa Fé" ao comissário Antônio Guerra.[4] Também do Piancó, em 1743, outro capuchinho, o Pe. José Calvatão, informava ao Santo Ofício sobre os rituais de beberagem da Jurema, que se espraiou como rastilho.[5] Só para dar um único exemplo, o índio de nação Paiacu, chamado Gaudêncio, acusado em 1756 pelo crime de feitiçaria, condenou à morte, com suas práticas e poções, cerca de cinquenta pessoas – todas devidamente listadas na denúncia.[6] O índio confessou ainda, por meio de intérprete (pois sequer falava português), seu "comércio" com o demônio, ao beber jurema ou angico, quando lhe apareciam "várias figuras horrendas, algumas com cabelos grosseiros e barbas como bode, outras com chifres de bode e pé de pato e orelhas como de cachorro", a quem prometera "servir sempre". Como não reviver as descrições impactantes de Vainfas dos "bailes e erva santa", com a ingestão do Petum, em reverência a Tupanasu, em que Tomacaúna e outros mamelucos se prostravam diante do Papa, o caraíba Antônio?

E assim, em uma roda de infortúnios, Olinda encerraria a ação do Tribunal no intento de vergar a etiologia demoníaca entre os indígenas nos trópicos. Nos princípios do século XIX, Miguel Lopes Dias foi o último índio preso em nome do Santo Ofício.[7] Seu caso foi apreciado pelo Régio Tribunal, em Lisboa, que, bafejando seu suspiro derradeiro, despachou sumariamente para o comissário Bernardo Portugal se incumbir das diligências. Vistos os autos, em 1805, constatou-se que se procedera com "violência e ilegalidade", porque toda a peça processual estava cheia de falhas, a começar que a única prova contra o réu era uma carta do pai da ex-mulher, nem reconhecida, nem ratificada. As testemunhas nada disseram contra ele e tampouco havia a certidão do primeiro casamento ou de vida da tal primeira mulher. Miguel – que nem se sabia de fato bígamo – sequer havia deposto sobre suas culpas e, mesmo assim, amargou o flagelo de três anos no aljube de Recife.

4 ANTT, PT/TT/TSO-IL/030/0299/m0775-m0777.
5 ANTT, PT/TT/TSO-IL/028/CX1595/14849.
6 ANTT, PT/TT/TSO-IL/030/0310/m0140-m0143.
7 ANTT, PT/TT/TSO-IL/028/4337.

Ao final, na contramão do que Pe. Vieira, com sua verve tocante, pregou em Roma em um dos mais belos sermões dedicados a Santo Antônio, em que sublinhava o destino do povo português de nascer pequeno para morrer grande, projetando-se em um mundo ecumênico (talvez, aqui, se referindo ao fato de que desejasse terminar seus dias entre os nativos no Brasil) e, por isso, primeiro os portugueses se chamaram Tubales (de Tubal, neto de Noé) e, depois, Lusitanos, para que trouxessem no nome o "mundo" e "a luz" como os escolhidos por Deus para "luz do mundo" [*Vos estis lux mundi!*], muitos índios viveram a contragosto um caminho reverso no além-mar. Não é por demais frisar o desfecho assombroso de enfrentar o Santo Oficio quando os indígenas e seus descendentes vivenciaram o drama de serem denunciados, encarcerados e processados. Difícil não nos condoermos só de imaginar os seus destinos: o duro rompimento do convívio com os seus próximos e a distância dos seus parentes, deixando para traz a exuberância da natureza tropical no exílio de suas terras, mareou a muitos na longa travessia atlântica quando não arrastou à morte pestilenta ou vitimou os que definharam nas naus. Aos que aportaram em solo lusitano, restou a solidão de meses ou até anos nos cárceres do Palácio dos Estaus – quando não as enfermidades, como a hidropisia, que vitimizou o índio Antônio da Silva.[8] Aos condenados pela mesa inquisitorial, restou o drama de serem sentenciados em autos de fé, açoitados publicamente pelas ruas de Lisboa, como Miguel Pestana[9] ou Custódio da Silva[10] e, depois, condenados a trabalhar duramente anos a fio nas galés. Finalmente, mesmo aqueles absolvidos extraordinariamente, por "ignorância e rusticidade", como Rosaura[11] ou Florência,[12] embora livres, parecem não mais terem regressado à *terra brasilis* – ao menos seus nomes não constam no registro das embarcações. Não é improvável que os sobreviventes, desolados e lânguidos, definharam... perambulando por Lisboa, até que os seus corações tenham sido enterrados na "curva do rio... Tejo" por que "o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia. (...) pelo Tejo vai-se para o Mundo. Para além do Tejo há a América"!

8 ANTT, PT/TT/TSO-IL/028/06275.
9 ANTT, PT/TT/TSO-IL/028/06982.
10 ANTT, PT/TT/TSO-IL/028/11178.
11 ANTT, PT/TT/TSO-IL/028/00222.
12 ANTT, PT/TT/TSO-IL/028/00225.